



Handwritten signature in blue ink.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE TANCOS ATA EM MINUTA

Aos 14 dias do mês de dezembro do ano de 2023, pelas 20:30 horas, realizou-se, no edifício da Junta de Freguesia, a Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Tancos.-----

MEMBROS DA ASSEMBLEIA PRESENTES

Maria Antónia Esteves Coelho
Maria de Lurdes Fernandes Almeida
Luís de Oliveira Lopes
Andreia Lina Almeida
Guilherme Vicente
Gabriel Fonseca Ribeiro
Paulo Alexandre Frade

MEMBROS DA JUNTA DE FREGUESIA PRESENTES

Presidente: Miguel Homem
Secretária: Ana Paula Gonçalves

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Um: Debate e aprovação do Orçamento 2024;

Ponto Dois: Discussão e aprovação do Plano de Atividades para 2024;

Ponto três: Aprovação do Contrato de Execução Interadministrativo e de Delegação de Competências, com o Município de Vila Nova da Barquinha.-----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Neste período, procedeu-se à aprovação da Ata da Sessão anterior, atempadamente remetida por e-mail, ficando assim dispensada a sua leitura, a qual foi aprovada por unanimidade.-----

A Presidente deu a palavra aos membros da Assembleia de Freguesia e o deputado Paulo Alexandre Frade, apresentou uma proposta da Coligação Democrática Unitária PCP-PEV, no âmbito das comemorações do 25 de Abril, propondo-se que a Junta de Freguesia de Tancos, coloque pendões e cartazes nas ruas e nos espaços de informação alusivos ao 25 de Abril que "acabou com a ditadura fascista em Portugal".

13/04/2024


Acerca desta questão o Presidente da Junta informou estar prevista uma reunião com as associações da freguesia, bem como outras pessoas que se mostrassem interessadas em integrar as citadas comemorações. -----

O deputado Paulo Frade colocou ainda ao Executivo as seguintes questões para esclarecimento:-----

- atualização do tarifário da Tejo Ambiente e os constrangimentos para a população com rendimentos mais baixos;
- ponto da situação do futuro bairro em Tancos?
- quanto à doca seca tiveram a autorização da APA? Se sim, o porquê de não se ter iniciado o desassoreamento do rio Tejo;
- informação dos trabalhadores, efetivos e não efetivos, da Junta de Freguesia de Tancos, quanto ao número, funções, tipo de contrato entre outras questões ;
- se a reparação dos barcos está a ser feitos pela Junta;
- a situação do Jardim de Infância e dos contratos de serviços.

A estas perguntas o Presidente da Junta, Miguel Homem mencionou o seguinte:

- o bairro a construir no cimo da freguesia não seria construção em "altura" e não existindo mais dados sobre este caso;
- que a retirada de inertes e decorrente desassoreamento do rio eram da responsabilidade da autarquia e quanto ao Parque de Merendas já tinha sido feita alguma intervenção aguardando-se o ainda estudo qua está a ser feito pela Universidade do Porto;
- Sobre a reparação dos barcos confirmou estarem a ser feitos pelos funcionários da Junta e que as questão de segurança estavam salvaguardadas pelas vistorias anuais;
- o quadro de pessoal não tinha efetivos existindo 2 pessoas a recibos verdes e 8 elementos CEI e CEI + afetos ao IEFP.

Sobre esta situação do quadro de pessoal e sendo assim dois elementos por tipologia de ajustes diretos se estes dados não deveriam estar inseridos na base GOV ao que o Presidente do Executivo disse não ser obrigatório.-----

Foi ainda dito que continuavam em falta algumas Atas da Assembleia de Freguesia ao que a secretária da Junta disse ir verificar e digitalizar as que estavam em falta, sendo que o facto de ter existido alteração do site poder ter implicação nesta inserção. Quanto às atas do Executivo, o Presidente da Junta disse não ser obrigatória a sua disponibilização on-line.-----

Interpelados os restantes elementos da Assembleia de Freguesia acerca da apresentação de questões neste ponto, ninguém interviu.

Não se verificou presença de público.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Junta da Freguesia prevista na alínea e do n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, destacando-se algumas ações, tais como a resolução do processo de requalificação da Igreja Matriz em que a empresa que tinha interposto ação em Tribunal ter perdido a causa, demonstrando-se que os procedimentos concursais realizados estavam de acordo com trâmites legais.

Passou-se ao ponto um **"Debate e aprovação do Orçamento 2024"** tendo a Presidente da Mesa colocado à discussão o documento.-----

Foram questionadas na "Despesa corrente" as rubricas 01010401, 010107 e 010109 referente ao pessoal em funções e que no ponto anterior já se tinha colocado para se compreenderem os valores constantes.-----

A Presidente da Mesa alertou para o facto dos valores apresentados para Subsídio de férias e de Natal, atribuídos ao Presidente do Executivo por se encontrar em regime de meio tempo, não estarem corretos face à remuneração legalmente estipulada e que poderia ser um erro, ao que o mesmo se justificou como pequeno acerto.

A Presidente da Mesa esclareceu ainda que na rubrica 0103050202 - Segurança Social por terem surgido dúvidas devido à inexistência de quadro efetivo de pessoal se destinarem ao Presidente do Executivo pelo regime em que se encontrava.

Paulo Frade questionou o valor referente a comunicações, tendo o Presidente explicado apenas contemplar o edifício da Junta.-----

No que concerne à Despesa de capital, na rubrica 07010301, o deputado Guilherme Vicente questionou a majoração que passava de 14.000€ para 51 241,00 € nos anos seguintes. A esta situação o Presidente da Junta respondeu ser normal e que era o "software contabilístico a inserir esse valor automaticamente".-----

A Presidente da Mesa referiu que a despesa para Beneficiações da Capela Santo António era destinada à Ermida de São João Baptista inserida no Cemitério e que tendo já alertado a Junta para esse lapso lhe ter sido dito que tinha sido corrigido no documento final.-----

Guilherme Vicente questionou o valor estipulado para "Flores vivas" na ordem dos 3000 € que para além de não serem duráveis, se devia ponderar em plantas que também não necessitam de regas permanentes considerando as atuais questões ambientais.

A Presidente da Mesa perguntou aos restantes elementos se existiam mais esclarecimentos a apresentar, e não tendo os mesmos mostrado quaisquer dúvidas, colocou o documento à votação que foi aprovado por maioria com dois votos contra e uma abstenção.-----

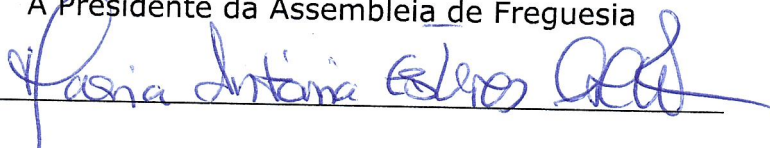
O ponto da Ordem de Trabalhos **"Discussão e aprovação do Plano de Atividades para 2024"** foi posto à análise/discussão referindo o deputado Paulo Frade que o mesmo era "escasso, revelava da falta arrojo e ideias". Concluiu, também que, no seu entender, era um Plano de Actividades muito igual ao anunciado nos anos anteriores.

Mais nenhum elemento se pronunciou sobre o documento, pelo que posto à votação foi aprovado por maioria com dois votos contra e uma abstenção.-----

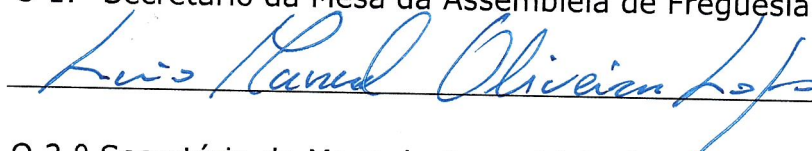
No ponto três "**Aprovação do Contrato de Execução Interadministrativo e de Delegação de Competências, com o Município de Vila Nova da Barquinha**" apresentado pelo Presidente da Junta, foi aprovado por unanimidade.-----

Nada mais havendo a acrescentar, a Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão às 22:16 horas, e nos termos do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, se exarou a presente ata em minuta, que depois de lida foi aprovada por unanimidade, e assinada pela Presidente da Assembleia de Freguesia e pelo 1º Secretário.-----

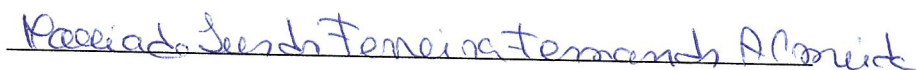
A Presidente da Assembleia de Freguesia


Fátima Antónia Estêvão

O 1.º Secretário da Mesa da Assembleia de Freguesia


Luís Manuel Oliveira

O 2.º Secretário da Mesa da Assembleia de Freguesia


Paolista Jesus Ferreira Tomaz